

Relatório Final  
I ASSEMBLÉIA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO  
GRANDE DO NORTE – I AIRN

Praia de Ponta Negra - Natal/RN  
De 11 a 13/12/2009

Relatório da FUNAI

## SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Introdução.....	4
Programação.....	5
Delegados Credenciados.....	6
Ata da Assembléia.....	7
Mesas de Discussões	
Identidade Étnica e Organização.....	9
Território e Meio Ambiente.....	9
Saúde Indígena.....	10
Etnodesenvolvimento e Direitos Sociais.....	10
Educação Indígena e a Lei 11.645/08.....	11
Grupos de Trabalho	
GT – 1 – Território, Organização e Etnodesenvolvimento.....	14
GT – 2 – Saúde .....	17
GT – 2 – Educação.....	18
Anexos	
Ata Eleição (representação na APOINME)	
Encaminhamentos ao setor fundiário	
Lista de Frequência	
Documentação fotográfica	

## APRESENTAÇÃO

O Rio Grande do Norte e o Piauí são os únicos estados do território nacional onde não há registro oficial da presença de povos indígenas, mesmo tendo sido historicamente uma região habitada por numerosas etnias no litoral e no sertão.

No entanto, cinco grupos afirmam essa identidade diferenciada e indígena no Rio Grande do Norte, e, embora não haja consenso nesses grupos, a auto-afirmação é um processo que aos poucos se constrói na coletividade.

As Comunidades dos Mendonça do Amarelão em João Câmara; dos Eleotérios de Catu e Goianinha; dos Caboclos de Açú e da Comunidade de Bangüê, bem como da comunidade de Sagi em Baía Formosa-RN são grupos familiares que por meio da história oral se referem a uma origem familiar indígena a partir de seus antecessores que chegaram ao lugar de fundação do grupo a partir de meados do século XIX, outros no final do mesmo século.

Em busca de apoio para suas demandas, já foram realizadas duas audiências públicas – “COMUNIDADES INDÍGENAS NO RN: AFIRMAÇÃO DE SUAS IDENTIDADES” – na Assembléia Legislativa de Natal. Tais eventos propiciaram certa visibilidade a essa questão no estado, mas, ainda assim, não foram consolidados seus direitos diferenciados, segundo o que assegura a própria Constituição Federal e a Convenção 169.

Representantes dos grupos indígenas do RN participaram da VI Assembléia da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Esse momento foi de grande importância para o fortalecimento do processo de auto-afirmação étnica indígena no estado com apoio dos povos indígenas presentes na VI Assembléia da APOINME.

Diante disso, ao lado das iniciativas dos próprios atores interessados, o apoio do movimento indígena é imprescindível nesse processo político, assim como as ações governamentais, no sentido de garantir os direitos específicos das comunidades indígenas no estado. A realização da I Assembléia Indígena no RN será mais um processo nesse sentido.

Grupo Paraupaba – MCC/UFRN

## INTRODUÇÃO

A I AIRN – ASSEMBLÉIA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE – foi realizada no período de 11 a 13 de dezembro de 2009, no Bello Mare Hotel Ponta Negra sob o patrocínio e execução da FUNAI, organizada pelo Grupo Paraupaba, FUNAI AER-JPA, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME e parceiros, destacando a Secretaria do Estado de Educação e Cultura, Editora IMEPH, entre outros.

A I Assembléia Indígena no RN teve como objetivo discutir a questão indígena no estado, a partir dos próprios atores interessados – as comunidades indígenas que estiveram representadas por seus delegados, escolhidos em assembleias locais realizadas com o apoio do Grupo Paraupaba. Também foram realizadas reuniões na sede da FUNAI, em João Pessoa-PB, com a participação do citado Grupo, representantes das comunidades e da FUNAI, visando a organização da I AIRN.

Estiveram presentes na I AIRN as delegações das comunidades: Eleotério – Canguaretama e de Goianinha-RN; Comunidade dos Mendonça do Amarelão em João Câmara-RN; comunidade dos Caboclos de Açu-RN e comunidade de Sagi-RN.

As cinco comunidades reuniram-se em assembleia com os índios Potiguara da Paraíba e representantes da APOINME, para discutirem a questão indígena no estado do Rio Grande do Norte, com as autoridades oficiais aqui representadas, na medida em que propuseram, no decorrer das discussões das mesas e dos GTs, encaminhamentos e moções no sentido de buscarem respostas e soluções para seus problemas.

## PROGRAMAÇÃO – I AIRN

11/12/2009 (sexta-feira)

15 às 18 h - Credenciamento dos participantes

19 h – Atividade cultural

12/12/2009 (sábado)

manhã

8h – Abertura oficial

8h15' – formação da Mesa de Discussão I

**TEMA 1: – INDÍGENA NO RN: IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO**

ANAÍ-BA – Prof. José A. Laranjeiras

APOINME – Antônio Pessoa Gomes

(Caboquinho Potiguara)

Indígenas do RN

FUNAI – Petrônio M. Cavalcanti Filho

MCC/UFRN - Grupo Paraupaba

10h15' – Debate

10h30' – lanche

10h45' – formação da Mesa de Discussão II

**TEMA 2 – TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE**

APOINME

Indígenas do RN

FUNAI

MPF

MMA

12h30' – Término das discussões e início dos debates.

13h – Amoço.

Tarde

14h – formação da Mesa de Discussão III

**TEMA 3 – SAÚDE INDÍGENA**

APOINME

Indígena RN

FUNAI

FUNASA

MPF

15h30' – Debates

16h10' – Lanche

16h30' – formação da Mesa de Discussão IV

**TEMA 4 – ETNODESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIAIS**

APOINME

Indígenas do RN

FUNAI

CONSEA

MDA

18h15' – Debates

18h30' – Jantar

13/12/2009 (domingo)

Manhã

8h – Formação da Mesa de Discussão V

**TEMA 5 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A LEI Nº11.645/08**

MEC

SEEC

UNDIME

CEE

APOINME

Indígenas do RN

FUNAI

10h50' – Debates

11h05' – Lanche

11h20' – formação de Grupos de Trabalhos (GTs)

**1º GT – TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO E ETNODESENVOLVIMENTO**

**2º GT – EDUCAÇÃO E SAÚDE**

13h – Almoço

tarde

14 às 16h – Apresentação dos GTs

16h – Lanche

16h15' – Sistematização dos documentos finais, moções e encaminhamentos.

19h – Encerramento dos trabalhos.

## RELATÓRIO PRIMÁRIO DA I ASSEMBLÉIA INDÍGENA DO RIO GRANDE DO NORTE

No período de onze a treze de dezembro do ano de mil e nove (11 a 13/12/2009), reuniram-se no Hotel Bello Maré (Ponta Negra), no município de Natal/RN, lideranças indígenas/delegados das comunidades indígenas do Estado do Rio Grande do Norte - as comunidades dos Mendonças do Amarelão em João Câmara; dos Eleotério do Catú e Goianinha; dos Caboclos de Açú e de Sagi em Baía Formosa: Francisca Batista de Melo (Chiquinha)-Amarelão; Tayse Michelle Campos da Silva-Amarelão; Rozânia Barbosa do Nascimento-Amarelão; Maria Ivoneide Campos da Silva-Amarelão; Adailton Barbosa do Nascimento-Amarelão; Antônio Luiz Lopes-Caboclos; Antônio Luiz Neto-Caboclos; Valda Maria Arcanjo da Silva-Catú Eleotério; Vangerlânia da Costa Araújo-Catú Eleotério; José Luís Soares-Catú Eleotério; Nataniel Raimundo da Silva-Catú Eleotério; João Benedito da Silva-Catú Eleotério; Manoel Serafim Soares Filho-Catú Eleotério; Vandregécílio da Costa Araújo da Silva (Vando)-Catú Eleotério; Cacilda Maria Pessoa Jerônimo-Sagí; Osmar Jerônimo (Mazinho)-Sagí; Manoel Leôncio do Nascimento (Manoelzinho)-Sagí; Antonio Nascimento Filho-Sagí; Gilvan dos Santos-Sagí; José Carlos Leôncio do Nascimento-Sagí; José Amado da Silva-Sagí; Temistoclis Inácio da Silva-Sagí; Claudiane Pedro do Nascimento-Santa Terezinha; Alexandro Felipe Barbosa-Santa Terezinha; Luiza Ferreira de Melo-Serrote S.Bento, e, Instituições que promoveram a realização da Assembléia, como a Fundação Nacional do Índio (AER JPA e BSB), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Grupo Paraupaba – MCC/UFRN), Secretaria Estadual de Educação e outras convidadas que apoiaram o evento: MEC, ANAÍ-BA e APOINME; salientando que foram oficiados convites ao MPF, MMA, UNDIME, CEE e Prefeituras das comunidades envolvidas, mas não houve representação ao evento. Participaram da mesa oficial de abertura: Petrônio Machado Cavalcanti Filho (Administrador Regional da FUNAI JPA), Gustavo Hamilton de Souza (FUNAI BSB), José Luiz Soares (Delegado representante do Eleotério-Catú), Tayse Michelle Campos da Silva (Delegada do aldeamento do Amarelão - João Câmara), Antônio Pessoa Gomes - Caboquinho (Cacique Geral Potiguara e representante APOINME), Prof. José Augusto Laranjeiras Sampaio (ANAÍ-BA), Prof. Edmundo Pereira (Antropólogo da UFRN), Jussara Galhardo (Paraupaba – MCC/UFRN), João Marques (Assessor do Dep. Estadual Mineiro). Caboquinho abriu a Assembléia e realizou um ritual com a participação de indígenas Potiguara, realizando uma pequena apresentação do Toré. José Augusto Laranjeira, Guga, realizou uma explanação da evolução dos movimentos indígenas nos estados do Nordeste e cada órgão e instituições presentes, realizaram pronunciamentos sobre as suas ações indigenistas. Logo após foi organizada mesas de discussões que versaram sobre os temas: Identidade Étnica e Organizacional, Território e Meio Ambiente, Saúde Indígena, Etnodesenvolvimento e Direitos Sociais e Educação Indígena e a Lei 11.645/08. Com a conclusão das mesas de discussões, iniciaram três grupos de trabalho que abordaram sobre os temas: Território e Etnodesenvolvimento, Saúde e Educação. Com resultado dos GTs chegaram aos seguintes encaminhamentos: nas áreas de território e cidadania - elaboração de documento para a FUNAI iniciar o processo de regularização fundiária de terras indígenas do RN; na área de saúde - reivindicar criação do Distrito Sanitário Especial Indígena dos povos indígenas do RN; inserir o atendimento de saúde das populações indígenas, momentaneamente, no Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara, com representação das comunidades dos indígenas do RN no Conselho Distrital, com contratação de Equipe Multidisciplinar Indígena para as comunidades e aquisição de equipamentos para os Postos de Saúde já existentes; e na área de educação - entrar com representação nos Ministérios Públicos Federal e

Estadual sobre a situação da educação; entrar com representação no Conselho Tutelar e nos Conselhos Municipal e Estadual de Educação; entrar com representação no Conselho Estadual de Alimentação Escolar; realizar uma Reunião de Trabalho, na última semana de fevereiro de 2010, com todas as instituições vinculadas à educação indígena no RN (principais responsáveis: MEC, FUNAI, Secretaria Estadual de Educação e representantes indígenas); realizar uma reunião de sensibilização e formação sobre educação escolar indígena, com a participação de representantes indígenas e da FUNAI/PB, ainda no mês de dezembro/09; representar junto ao Conselho estadual de educação para acompanhar o reconhecimento das escolas indígenas e para assegurar a vaga neste conselho de representantes indígenas e criar uma Organização de Professores Indígenas do RN. Para os GTs foram utilizadas como orientação nos trabalhos as atas das reuniões PRÉ-AIRN, realizadas nas comunidades pelo grupo Paraupaba. Nessas prévias foram ouvidas as demandas e apontadas as soluções e encaminhamentos das comunidades indígenas envolvidas. Também na ocasião das prévias foram eleitos os delegados para a I AIRN. Com a aprovação do documento final (demandas dos GTs) apreciado em plenária pelos delegados presentes, concluíram os trabalhos com a inserção da eleição de dois índios (um titular e um suplente) para articuladores dos trabalhos da APOINME na micro-regional no RN. Luis do Catu coordenou os trabalhos de candidatura e eleição dos representantes: Tayse Michele Campos da Silva foi eleita titular, com 15 (quinze) votos e Osmar Jerônimo – Mazinho ficou como suplente, registradas duas abstenções. Logo após a eleição, Tayse agradeceu a todos pela escolha de seu nome como titular e falou da importância do fortalecimento das lutas em articulação com a APOIME. Mazinho, do Sagi, também agradeceu a todos pela indicação e eleição de seu nome para articular o movimento indígena junto a APOINME. Encerramento: Luis Carlos Ferraz Sitônio (Lula) agradeceu a todos os presentes, em nome da FUNAI, pelo empenho de todos e falou do compromisso ao lado dos indígenas no RN, que a FUNAI irá ter de agora em diante, solicitando a Guga a criação de um fórum de discussão sobre as questões indígenas pertinentes aos índios do Rio Grande do Norte, que estava prevista nas atividades da Assembléia e não havia sido cumprido, ao que Guga se comprometeu em criar. Marcos Potiguara, FUNAI, agradeceu a participação de todos, em especial a Jussara Galhardo, evidenciando e parabenizando o seu trabalho e do Grupo Paraupaba no estado do RN com as comunidades indígenas. Gustavo, da FUNAI/BSB, ratificou as palavras dos companheiros da FUNAI e agradeceu a possibilidade de participação no evento, parabenizando a todos pela dedicação e empenho em prol da causa indígena. Claudécir da Silva Braz, vereadora Potiguara da Paraíba, também falou que a OPIP estará ao lado da luta dos indígenas no RN e parabeniza a todos os presentes pelo empenho e luta. Jussara Galhardo (GP) parabenizou a todos pelo trabalho conjunto que resultou no sucesso da I AIRN. Parabenizou os eleitos para articular a APOINME no RN: Tayse e Mazinho, e salientou que não existe hierarquia, pois ambos trabalharão em conjunto, ajudando um ao outro. Falou da importância do momento histórico que foi a I AIRN e que eles estão escrevendo essa história – os delegados representantes das comunidades indígenas e todos os presentes. Luciano Falcão (GP) parabenizou a todos os presentes e agradeceu o empenho de todos, em especial da equipe da FUNAI, Prof. Guga, Pajé Fátima e os Potiguara que vieram dar apoio à questão indígena no RN.

**CRENCIAMENTO DOS DELEGADOS INDÍGENAS DO RN NA I AIRN:**

<b>Delegado</b>	<b>Comunidade</b>
Francisca Batista de Melo (Chiquinha)	Amarelão
Tayse Michelle Campos da Silva	Amarelão
Rozânia Barbosa do Nascimento	Amarelão
Maria Ivoneide Campos da Silva	Amarelão
Adailton Barbosa do Nascimento	Amarelão
Representante dos Caboclos	Açu - Caboclos
Antônio Luiz Lopes	Açu - Caboclos
Antônio Luiz Neto	Açu - Caboclos
Valda Maria Arcanjo da Silva	Catú Eleotério
Vangerlânia da Costa Araújo	Catú Eleotério
José Luís Soares	Catú Eleotério
Nataniel Raimundo da Silva	Catú Eleotério
João Benedito da Silva	Catú Eleotério
Manoel Serafim Soares Filho	Catú Eleotério
Vandregecílio da Costa Araújo da Silva (Vando)	Catú Eleotério
Cacilda Maria Pessoa Jerônimo	Sagí
Osmar Jerônimo (Mazinho)	Sagí
Manoel Leôncio do Nascimento (Manoelzinho)	Sagí
Antonio Nascimento Filho	Sagí
Gilvan dos Santos	Sagí
José Carlos Leôncio do Nascimento	Sagí
José Amado da Silva	Sagí
Temistoclis Inácio da Silva	Sagí
Claudiane Pedro do Nascimento	Santa Terezinha
Alexandro Felipe Barbosa	Santa Terezinha
Luiza Ferreira de Melo	Serrote S.Bento

**Credenciamento dos Delegados Indígenas Potiguara na I AIRN:**

<b>Delegado</b>	<b>Comunidade</b>
Marcos Antônio dos Santos	Potiguara
Antônio Pessoa Gomes (Cacique Geral Caboquinho)	Potiguara
Claudecir da Silva Braz (Cau)	Potiguara
Creginaldo Silva	Potiguara
Irenildo Cassiano Gomes	Potiguara

## MESAS DE DISCUSSÃO

- **Mesa de Discussão I – IDENTIDADE ÉTNICA E ORGANIZACIONAL**

Coordenador: Petrônio Machado Cavalcanti Filho – FUNAI JPA

Componentes:

Prof.Dr. José Augusto Laranjeira Sampaio (Guga) – Antropólogo – UNEB e ANAÍ-BA;

Prof.Dr. Edmundo Pereira – Antropólogo – Museu Nacional – UFRJ e UFRN;

Ms. Jussara Galhardo Aguirres Guerra – Antropóloga – Museu Câmara Cascudo – UFRN e Grupo Paraupaba;

Ms. Gustavo Hamilton Menezes – Antropólogo – FUNAI BSB;

Tayse Michelle Campos da Silva – indígena Potiguara do Amarelão – João Câmara/RN – artesã e coordenadora do grupo Motyrum – Caaçu;

Luiz Soares – indígena Potiguara dos Eleotério – Goianinha e Canguaretama/RN – professor comunitário.

*Jussara levanta aspectos relacionados à identidade indígena, história oral das comunidades e apresenta objeto de seu trabalho de dissertação de mestrado que se refere aos Mendonça do Amarelão – João Câmara, chamou atenção do orgulho em ser indígenas e a necessidade de organizarem-se.*

*José Augusto Laranjeira, Guga, realizou uma explanação da evolução dos movimentos indígenas nos estados do Nordeste, caracterizando toda a sua evolução, culminando com a luta e afirmação dos povos indígenas do Piauí e Rio Grande do Norte.*

- **Mesa de Discussão II – TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE**

Coordenador: Petrônio Machado Cavalcanti Filho – FUNAI JPA

Componentes:

Prof.Dr. José Augusto Laranjeira Sampaio (Guga) – Antropólogo – UNEB e ANAÍ-BA;

Ms. Gustavo Hamilton Menezes – Antropólogo – FUNAI BSB;

Táise Michelle Campos da Silva – indígena Potiguara do Amarelão – João Câmara/RN – artesã e coordenadora do grupo Motyrum – Caaçu;

Luiz Soares – indígena Potiguara dos Eleotério – Goianinha e Canguaretama/RN – professor comunitário.

*Petrônio Machado – FUNAI, apresentou uma síntese da questão: TERRA INDÍGENA DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL – PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO (Decreto n°. 1.775, de 08 de janeiro de 1996), que corresponde as fases:*

*1ª FASE – IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO;*

*2ª FASE – DECLARAÇÃO (RECONHECIMENTO);*

*3ª FASE – DEMARCAÇÃO;*

*4ª FASE – HOMOLOGAÇÃO;*

*5ª FASE – REGISTRO;*

*finalizando com a EXTRUSÃO DE NÃO-ÍNDIOS.*

- **Mesa de Discussão III – SAÚDE INDÍGENA**

Coordenador: Petrônio Machado Cavalcanti Filho – FUNAI JPA

Componentes:

Antônio Pessoa Gomes – Cacique Caboquinho – APOINME;

Irenildo Cassiano Gomes – Indígena Potiguara – DSEI/POTIGUARA/FUNASA;

Ms. Gustavo Hamilton Menezes – Antropólogo – FUNAI BSB;

Luiz Soares – indígena Potiguara dos Eleotério – Goianinha e Canguaretama/RN – professor comunitário;

Wando – indígena Potiguara do Eleotério – Goininha e Canguaretama/RN;

Fernanda Izabela Silva Lima Bomfim – FUNAI /BSB/CGIRC;

*Petrônio Machado faz uma retrospectiva da saúde indígena desde a época que era executada pela FUNAI, o seu repasse para a FUNASA, culminando num Sub-Sistema do SUS e seu provável futuro destinado a uma Secretaria Especial dentro do Ministério da Saúde. Fala da atuação da FUNAI, sempre representada como membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena, que é o controle social das ações da FUNASA em terras indígenas.*

*Fernanda Bomfim, FUNAI BSB, complementa que a atuação da FUNAI em relação a saúde indígena ficará resumida numa ouvidoria, conforme a reestruturação.*

*Irenildo Cassiano, FUNASA/PB, ressalta que a melhor solução para as ações em saúde indígena estaria num maior entendimento do Controle Social com os Gestores Municipais, o Conselho é deliberativo e as prefeituras são as executoras. Na adesão dos índios do RN, a solicitação sairia do Conselho Distrital e chegaria até o Fórum dos Presidentes dos CONDIs, argumentando ainda que é o DSAI/BSB que ouvirá as reivindicações do Fórum dos Presidentes dos CONDIs.*

- **Mesa de Discussão IV – ETNODESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIAIS**

Coordenador: Petrônio Machado Cavalcanti Filho – FUNAI JPA

Componentes:

Prof.Dr. José Augusto Laranjeira Sampaio (Guga) – Antropólogo – UNEB e ANAÍ-BA;

Clarisse Drummond M. Machado - FUNAI BSB;

Tayse Michelle Campos da Silva – indígena Potiguara do Amarelão – João Câmara/RN – artesã e coordenadora do grupo Motyrum – Caaçu;

Luiz Soares – indígena Potiguara dos Eleotério – Goianinha e Canguaretama/RN – professor comunitário.

*Petrônio Machado, FUNAI/PB, relata todas as ações de Promoção Social, incluindo principalmente as da atuação do CONSEA, e solicita a Jussara verificar meios de inserir os indígenas no CONSEA, bem como a FUNAI/PB. Relatou também sobre ações do MDA em termos do Território da Cidadania. Com o Programa do PRONAF, que é o salvador da pátria, onde 4 milhões em investimentos na agricultura familiar com incentivo a pagar em dia com desconto de 30%.*

*Petrônio Machado lamentou a ausência do CONSEA – Ailton Schröder e do MDA – Hugo Manso, mas falou da importância de manter o contato. Também salientou a importância de todas as comunidades participarem das discussões do “Território da Cidadania”.*

Clarisse Dummond, FUNAI/BSB, se apresenta esclarecendo que está somente há três meses na FUNAI e que vinha de outro ministério, mas sempre trabalhando em políticas sociais. E que atualmente a FUNAI está realizando capacitação em antropologia de vários profissionais na área de advocacia, economia, contabilidade, administração, etc., e fez uma pequena explanação sobre o Programa Bolsa Família, em relação às comunidades indígenas.

• **Mesa de Discussão V – EDUCAÇÃO INDÍGENA E A LEI 11.645/08**

Coordenador: Ms. Jussara Galhardo Aguirres Guerra – Antropóloga – Museu Câmara Cascudo – UFRN e Grupo Paraupaba;

Componentes:

Tiago Garcia – Antropólogo do MEC.

Prof.Dr. José Augusto Laranjeira Sampaio (Guga) – Antropólogo – UNEB e ANAÍ-BA;

Ms. Gustavo Hamilton Menezes – Antropólogo – FUNAI JPA;

Maria Ivoneide Campos da Silva – Liderança do Amarelão em João Câmara;

Maria Gorete Pereira Nunes – do Grupo Paraupaba e Pedagogia da SEEC-RN;

Ednaide Rego – Coordenadora da COGEC-SEEC;

Luiz Soares – indígena Potiguara dos Eleotério – Goianinha e Canguaretama/RN – professor comunitário.

Claudecir da Silva Braz – Vereadora indígena potiguara – representante da OPIP/PB;

Fernando Mineiro - Deputado Estadual pelo PT.

*Tiago Garcia falou da importância da Lei 11.645/08 nas escolas para não-indígenas e que não se deve confundir esta lei com a Educação Escolar Indígena, que é bem mais específica e aplicada nos aldeamentos. Falou também da necessidade de serem realizadas oficinas aqui no RN e que ele estará disponível para a realização desse trabalho.*

*Tiago Garcia faz uma breve explanação sobre as mudanças na educação indígena com a CF/88, a Convenção 169 (OIT), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Políticas Públicas que atendem a Educação Indígena.*

*Tiago Garcia esclarece para os presentes sobre a modalidade de escola indígena, que inicialmente é uma articulação com os municípios e estado para que reconheçam como escolas indígenas e que estes informem ao MEC através do Censo Escolar.*

*Tiago Garcia também informa sobre a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena que ocorreu este ano, que teve como resultado a criação da Comissão que futuramente se tornará Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena.*

*Valda do Catu solicitou a indicação de escola indígena e o secretário não concordou.*

*Prof. Guga ressaltou que o que ocorreu foi que o secretário cometeu dois crimes: racismo e descumprimento da lei da educação.*

*Deputado Mineiro – informou que já entrou em contato com o secretário e sugeriu um grupo de trabalho para realizar um mapeamento/diagnóstico da situação da educação nas comunidades. E sugere a elaboração de um seminário específico sobre educação.*

*Chiquinha do Amarelão – reafirmou a condição de escola indígena e historiou: "(...) povo que realiza ritual da busca do sol – três comunidades – Amarelão/Serrote de São Bento/\_\_\_\_\_. Se tivermos de depender dos órgãos públicos... eles nunca reconhecerão Índios no RN.*

*Creginaldo Silva – confidencia em não esperar que as autoridades reconheçam...e sim, afirmem-se como Índios! Explicou os trâmites para estadualização e sugeriu que trabalhassem a participação de um índio no Conselho Estadual/Municipal de Educação.*

*Gustavo Hamilton, faz um breve relato de todos os programas disponibilizados pela FUNAI ao estudante e ao professor indígena. Programa de criação de material didático próprio, programa de apoio a estudantes indígenas, etc. E ressalta que o êxito de todos esses programas é diretamente proporcional ao grau de organização das comunidades indígenas.*

*Prof. Guga falou da necessidade de se fazer um diagnóstico das escolas indígenas no RN e esclareceu que de acordo com a Resolução nº03, a responsabilidade pelas escolas indígenas cabe ao estado. Acrescentou que se deve dar encaminhamentos pelo GT Educação da I AIRN para criação de um setor específico – Coordenação Escolar Indígena na SEEC. Também falou da necessidade de serem encaminhadas pelo GT Educação, a realização de oficinas, bem como a requisição de vagas para o ensino superior.*

*Prof. Guga esclarece ainda que se pode requerer uma escolar como indígena, através do Censo Escolar pelo Estado, mesmo que o seu território ainda não seja regularizado (homologado), documentar exigência ao estado de acordo com a Resolução nº03 e o Estado tem que acatar de acordo com o aval da comunidade.*

*Luiz Soares – falou dos projetos indígenas: aprendizado da língua Tupi, a dança do toré, etc. Chamou atenção para o trabalho de monografia de Nataniel do Catu que fala sobre a comunidade dos Eleotério do Catu. Comentou sobre o emprego do verbo no passado quando se fala do índio na história do RN. Acrescenta que é preciso enviar projeto de Educação Indígena e elaborar uma nota de repúdio com relação a falta de interesse e compromisso dos gestores – secretarias de educação, prefeituras, etc.*

*Luiz ressalta que o primeiro passo da nossa luta foi com a educação do professores, pois eles são muito influentes dentro da comunidade; como articuladores têm grande responsabilidade com a cultura."Nossa comunidade Potiguar recebe os Índios Potiguara para fazer o seu povo renascer da raiz". E sugere moção de repúdio aos órgãos que não se fizeram presentes à reunião.*

*Maria Ivoneide Campos da Silva – falou da falta de compromisso dos professores nas comunidades – professores de fora da comunidade que não sabem nada de realidade local. Falou também do preconceito dos gestores do município que inclusive, durante o período da Feira de Cultura não convidavam os Mendonça por não verem como eles possam colaborar, pois afirmam que "os Mendonça não sabem o que é cultura" – afirmou Ivoneide. Falou das escolas que estão deterioradas, e grande risco de roubo. Reclamou que PDDE é recurso que está sob a administração da prefeitura e não das escolas locais, como ela diz que deveria ser. Comenta que raramente tem merenda e o transporte escolar é muito deficiente.*

*Maria Gorete Pereira Nunes – do Grupo Paraupaba e representando a SEEC, falou da dificuldade do conhecimento da Lei 11.645/08 no estado do RN. Exemplificou o seu trabalho em Goianinha na aplicação da referida lei com quase 40 professores e ninguém tinha conhecimento dela. Salientou a necessidade de realização de oficinas para os professores do estado e municípios.*

*Claudecir da Silva Braz, Cal, representando a OPIP/PB – falou que são 120 professores indígenas na Paraíba em arte, cultura e etno-história. Acrescentou que não foi de um dia pra outro e que esse trabalho conquistado foi devido a muito esforço e luta. E para tanto será preciso contar com apoios necessários, como a SEEC/RN, Governo do Estado e da Organização dos Professores Indígenas Potiguara – OPIP/PB da qual ela faz parte.*

*Deputado Mineiro – PT – foi convidado para participar da Mesa de Discussões, ressaltou a necessidade dos indígenas se organizarem mais e participarem ativamente das discussões políticas do movimento indígena, parabenizou a realização do evento e ressaltou que apóia e está a disposição para esta luta; veio para reafirmar a sua disposição e compromisso.*

*Claudecir solicitou o compromisso do Deputado em agendar reunião com o Secretário de Educação para implantação da Educação Indígena.*

*Deputado Mineiro confirmou que o Secretário se comprometeu e garantiu o agendamento.*

*Luciando Falcão (Grupo Paraupaba) solicitou que a FUNAI garantisse o transporte dos índios e a presença da OPIP/PB na reunião. A FUNAI garantiu o apoio.*

*PROF<sup>a</sup>.Ednaide Rego expôs a vontade de colaborar com a questão indígena do RN, oferecendo apoio da SEEC.*

*Creginaldo Silva, professor Potiguara, falou sobre a necessidade de “gritar por escrito”, metaforizando a necessidade de que toda reivindicação seja transformada em documento. Ressaltou a necessidade da construção da Educação Escolar Indígena, exigindo do estado essa oficialização. Creginaldo fez uma breve explanação sobre a Educação no Estado da Paraíba, comparativo exaltando as escolas indígenas, a exemplo da escola do São Francisco. Em seguida falaram: Valda, Tayse, Chiquinha, Antônio Luiz Lopes que falou pela comunidade dos Caboclos: “(...) somos mesmo índios” e foi aplaudido por todos os presentes. Os demais expuseram na sua fala a necessidade da auto-afirmação étnica indígena, por meio da auto-declaração, da educação diferenciada, da memória, etc...*

## RESULTADO DOS GRUPOS DE TRABALHO

### GT – 1 – TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO E ETNODESENVOLVIMENTO

participantes: Guga (ANAI), David (Santuário Ecológico de Pipa), Manoel Serafim (Catu), Maria da Paz – (CODEM), Tayse (Amarelão), João Benedito (Catu), Antonio Luiz (Açu), Antonio Lopes (Açu), Manoel Leôncio (Sagi), Temisto (Sagi), Adailton (Amarelão), Gilvan (Sagi), Nátały (Paraupaba), Dennys (Paraupaba), Josenice (Catu), Feleciano Serafim (Catu).

**MENDONÇAS DOS AMARELÃO** - são compostos pelas comunidades do Amarelão, Santa Terezinha e Serrote de São Bento e Amarelão Novo (Cidade Praia Bairro em São Gonçalo do Amarante, comunidade indígena do Amarelão em território urbano). Há, aproximadamente, 200 famílias no amarelão, 60 no serrote de São Bento e na Sta Terezinha 80 famílias de assentados, mas chegam a 190.

PROBLEMAS	SOLUÇÕES
<p>As terras são insuficientes, não há espaços para o plantio e nem para agricultura de subsistência. Pois, com as grilagem e compras de terras que eram do Amarelão, não se tem mais terra para plantar. Muitos trabalhadores vão para latifúndios, grandes propriedades, que ilham a comunidade e que pertenciam ao amarelão.</p> <p>Não tem água encanada, atualmente há cisternas do P1MC (programa um milhão de cisternas rurais) executado pela ONG AACCC (Associação de Apoio à Comunidades do Campo). Mas ainda há carência na comunidade. A água nem é encanada e nem é tratada, porém há canos que passam ao redor para levam água a outras comunidades.</p> <p>O potencial da comunidade é o beneficiamento da castanha de caju, mas hoje ela trás muitos problemas, como na educação e contribui para a evasão escolar. A sua "queima", ou a torragem produz fumaça que prejudica a saúde das crianças e adultos. Uma pesquisa pela Bandeira Científica da USP fez um estudo da poluição no Amarelão e verificou que a poluição no Amarelão causada pela fumaça da castanha é três vezes maior que principal avenida de São Paulo. Não há terra para plantar o caju, dependemos de atravessadores. São, aproximadamente, 10 atravessadores.</p> <p>O lixo se acumula por todos os lados, sem tratamento. O gado solto do assentamento Santa Terezinha impede até que se faça uma rearboração no Amarelão.</p>	<p>A comunidade está em processo de organização e articulação. Participamos de todos os espaços possíveis e sempre nos articulamos para repassar para a comunidade.</p> <p>Demarcação territorial, independentemente das outras ações que já são possíveis sem esse recurso.</p> <p>Realização de projetos de infra-estrutura para o plantio de árvores (arborização) como fruteiras e o cajueiro entre outras.</p> <p>Estamos tentando implantar uma cooperativa com recursos para o beneficiamento industrial da castanha. Parcerias com órgãos que possam implementar projetos nessa área com equipamentos, maquinários para a produção da castanha, sem poluição da fumaça do processo. Ao mesmo tempo se realizar palestras e treinamentos numa perspectiva de melhor qualidade de trabalho, maior rendimento e linha de comércio em torno da produção da castanha.</p> <p>Reciclagem do lixo através de projetos; oficinas com reciclagens de sacolas plásticas; de garrafas de refrigerantes, etc. A EMATER e o Sindicato poderão acionar uma fiscalização e implementar projetos de rearboração com plantações de árvores frutíferas, hortas, farmácia verde, etc...</p>

## ELEOTÉRIO DO CATU

PROBLEMAS	SOLUÇÕES
<p>Eles informam que estão ilhados pelos canaviais e faltam espaços territoriais para a comunidade.</p> <p>Não têm sustentabilidade na pouca terra que lhes restam. Isso porque a usina proíbe de tirar frutas da mata, além de que os agrotóxicos são uma ameaça constante na comunidade.</p> <p>Há poluição por agrotóxico nas plantações de mandioca e outras plantações. Poluição na água, no solo, na comida.</p> <p>Mortes ocorridas por causa de agrotóxicos: Chico Paulo faleceu em 2007, vítima de envenenamento por agrotóxico. Ele trabalhou na usina por algum tempo e tornou-se vítima por envenenamento. Outro exemplo: uma senhora está com seqüelas nas articulações. Já não anda mais. Foi aposentada pelo INSS.</p>	<p>Demarcação territorial e recuo da usina.</p> <p>Manejo sustentável da terra.</p> <p>Programa de sustentabilidade e inspeção do Ministério da Saúde na região.</p> <p>Exames do solo e da água da comunidade pela Secretaria de Saúde Pública.</p> <p>Assistência às famílias atingidas pelos envenenamentos em virtude de estarem trabalhando com agrotóxicos.</p> <p>Oportunidade de renda e trabalho digno</p>

## CABOCLOS DO AÇU

PROBLEMAS	SOLUÇÕES
<p>Foram meeiros, hoje vivem da pesca, da aposentadoria ou trabalham fora.</p> <p>Os donos das terras não nos querem mais como meeiros.</p> <p>Eles não possuem terras para sua sobrevivência, e não é possível sobreviver da pesca.</p> <p>A água é um problema sério – é salobra a que vem do poço do Riacho - vem em dias alternados. Não serve para beber, apenas para limpeza. É encanada, mas para beber só a que está nas cisternas . Há 20 cisternas do programa “Um Milhão de cisternas”. É a única fonte potável quando estão cheias.</p>	<p>Demarcação de Terra e meios sustentáveis de trabalhar e viver em terra própria.</p> <p>Melhorar o abastecimento de água na comunidade e projetos de irrigação.</p> <p>Arborização e outros projetos para sustentabilidade.</p>

## SAGI

PROBLEMAS	SOLUÇÕES
<p>A comunidade de Sagi está com parte de seu território ameaçado pelo Senhor Waldemir Bezerra, proprietário da Bezerra Imóveis, que move ação de reintegração de posse, em tramitação na comarca de Canguaretama.</p>	<p>Quanto à questão territorial e a preservação do patrimônio cultural, memória e história da comunidade está sendo reivindicado que a FUNAI intervenha a favor da comunidade, acionando seus direitos coletivos.</p>
<p>A comunidade de Sagi vive naquela localidade há mais de 140 anos e vem sofrendo agressões sérias por parte de atitudes autoritárias comandadas por policiais contra a comunidade.</p>	<p>Para as questões relacionadas à água, saneamento básico, reciclagem do lixo e do rio Sagi deverão ser acionados os órgãos públicos. Como a EMATER, SETHAS e IBAMA. A questão do Rio também deve ser encaminhada ao Ministério Público e Coordenadorias de Defesa do Meio Ambiente.</p>
<p>Uma pessoa da comunidade informou que foi vítima dessas agressões quando os policiais derrubaram sua casa, plantios, sua roça e outros beneficiamentos feitos por ele, causando-lhe prejuízos enormes.</p>	<p>O avanço do mar e as conseqüências danosas que vem trazendo à população local é matéria de preocupação da Defesa Civil, considerando que há famílias em risco de vida com suas casas desabando aos poucos. Acionar o Ministério das Cidades para construir casas para famílias que estão com suas moradias em risco ou que desabaram e para as casas de taipa a FUNASA e governo federal.</p>
<p>O cemitério, por sua vez, que tem enterramentos há mais de cem anos também está sendo violado. A comunidade Potiguaras de Sagi não admite perder o lugar onde repousam seus mortos para a especulação imobiliária. A comunidade não aceita que o cemitério de Sagi mude de lugar, conforme foi feita tentativa de negociação pelo especulador.</p>	<p>Transformar a Associação dos Moradores e Amigos da Praia de Sagi – AMA SAGI na Associação dos Potiguaras de Sagi. A articulação com o movimento indígena do RN e o apoio do movimento indígena da Paraíba, APOINME e da FUNAI de João Pessoa, que está ocorrendo é importante para o fortalecimento da comunidade.</p>
<p>O Rio Sagi foi prejudicado por causa da construção inadequada de uma ponte, criando uma lajem, barreira no curso do rio que impede de se pegar peixes, caranguejos, camarões, etc. O lixo está perto do rio.</p>	

### ENCAMINHAMENTOS:

Documento para a FUNAI iniciar o processo de regularização fundiária de terras indígenas do RN.

## GT – 2 – SAÚDE

Participantes: Vando (Catu) – Coordenador, Nataniel (Catu) – Relator, José Amaro (Sagi), Cacilda(Sagi), Claudiane (Amarelão), Rozania (Amarelão), Irenildo (Potiguara), Andréia (Paraíba), Nicole (facilitadora).

Problemas	Soluções
<p>Falta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Médicos e outros profissionais capacitados (na área de saúde);</li> <li>- tratamento odontológico completo;</li> <li>ambulância;</li> <li>- PSF estruturado;</li> <li>- programas de saúde;</li> <li>- medicamentos;</li> <li>- saneamento básico;</li> <li>- coleta de lixo;</li> <li>- acesso permanente e regular a alimentação adequada causando deficiências nutricionais;</li> <li>atendimento de emergência;</li> </ul> <p>exclusão no atendimento hospitalar;</p> <p>problemas respiratórios em função do beneficiamento da castanha (Amarelão);</p> <p>poluição dos rios (Agrotóxicos);</p>	<p>Criação do Distrito Sanitário Especial Indígena dos povos indígenas do RN;</p> <p>inserir o atendimento de saúde das populações indígenas, momentaneamente, no distrito potiguara, com representação das comunidades dos indígenas do RN no conselho distrital, com contratação de equipe multidisciplinar indígena para as comunidades e aquisição de equipamentos para os postos já existentes;</p> <p>aquisição de transporte de apoio, ambulância e medicamentos;</p> <p>viabilizar, junto as comunidades indígenas, a coleta de lixo;</p> <p>garantir, junto às secretarias de saúde municipal e estadual, cotas de consultas e exames especializados nos atendimentos de média e alta complexidade;</p> <p>implementação de saneamento básico;</p> <p>inserção de educação em saúde e saúde ambiental nas escolas das comunidades indígenas do RN.</p>

### ENCAMINHAMENTOS:

**Criação do Distrito Sanitário Especial Indígena dos povos indígenas do RN; inserir o atendimento de saúde das populações indígenas, momentaneamente, no distrito potiguara, com representação das comunidades dos indígenas do RN no conselho distrital, com contratação de equipe multidisciplinar indígena para as comunidades e aquisição de equipamentos para os postos já existentes;**

### GT – 3 – EDUCAÇÃO

Participantes: José Luis Potiguara (coordenador), Gustavo Menezes (relator) Francinaldo Oliveira, José Carlos do Nascimento, Creginaldo da Silva, Vangerlânia Arcanjo, Valda Maria da Silva, Luíza Ferreira de Melo, Francisca de Melo, Antônio Filho, Osmar Jerônimo, Maria Ivoneide da Silva, Francisca Ednaide Pinto, Maria Gorete Pereira, Thiago Garcia.

Instrumentos Jurídicos:

LDB – Lei 9.394, de 20.12.1996

Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09.01.2001

Diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes – Resolução CEB nº 02, de 19.04.1998

Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental – Resolução CEB nº 02, de 07.04.1998

Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Resolução CEB nº 03, de 26.06.1998

Educação Escolar Indígena no Governo Federal – Decreto nº 26, de 04.02.1991

Portaria sobre educação escolar indígena – Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16.04.1991

Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas – Resolução CEB nº 3, de 14.12.1999

Critérios para o repasse de recursos financeiros à conta do PNAE – Resolução FNDE/CD nº 045, de 31.10.2003

Lei 11.645 de 2008

Convenção 169 da OIT

Comunidade	Município	Pop.	Escola	Nº/prof	Nº/alunos	Séries
Mendonça do Amarelão	João Câmara	2000	Esc. Mun. Prof. Alice Soares	7	159	Do ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental
Eleotério do Catú	Canguaretama	1300	Esc. Mun. João Lino da Silva e Esc. Mun. Alfredo Lima	10 e 7	65 e 98	Do ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental (Na primeira há EJA, 1º e 2º nível, e ensino integral)
Caboclos de Açú	Açú	150	Não há escola			
Comunidade de Bangüê	Açú	150				
Comunidade de Sagi	Baía Formosa	600	Escola Municipal Doutor Manuel Francisco de Melo			

Problemas	Soluções
Falta reconhecimento, por parte dos gestores locais, de que as escolas são indígenas; falta do ensino fundamental (principalmente do 2º segmento) e do ensino médio; falta o ensino de jovens e adultos; Falta educação infantil; falta qualidade ao ensino; a estrutura física é ruim e precária; o acesso à escola é difícil; o transporte escolar é precário ou inexistente; falta formação inicial e continuada de professores; falta material didático geral e específico; não há um Projeto Político Pedagógico compatível; falta merenda de qualidade e quantidade adequadas; falta apoio pedagógico aos professores; faltam conhecimento e divulgação nas comunidades sobre os direitos e a legislação; falta de programas de correção de fluxos e níveis de	Reconhecer imediatamente as escolas como "indígena"; discutir se as escolas devem continuar como municipais ou passar a ser estaduais; garantir a formação e contratação dos professores da comunidade para atuar na comunidade; realizar encontros pedagógicos nas comunidades para um redimensionamento dos projetos e diretrizes das escolas com vistas a implementação de Projetos Políticos Pedagógicos indígenas; garantir a gestão da merenda pelas escolas indígenas, de acordo com as especificidades de cada uma; criar uma Gerência de Educação Indígena na Secretaria de Educação do Estado;

escolaridade; falta formação para os monitores dos programas sociais.	garantir reestruturação da rede física das escolas; realizar Oficinas de Políticas Públicas.
---	--

### **ENCAMINHAMENTOS:**

- Entrar com representação nos Ministérios Públicos Federal e Estadual sobre a situação da educação.
- Entrar com representação no Conselho Tutelar e nos Conselhos Municipal e Estadual de Educação.
- Entrar com representação no Conselho Estadual de Alimentação Escolar.
- Realizar uma Reunião de Trabalho, na última semana de fevereiro de 2010, com todas as instituições vinculadas à educação indígena no RN (principais responsáveis: MEC, FUNAI, Secretaria Estadual de Educação e representantes indígenas).
- Realizar uma reunião de sensibilização e formação sobre educação escolar indígena, com a participação de representantes indígenas e da FUNAI/PB, ainda no mês de dezembro/09.
- Representar junto ao Conselho estadual de educação para acompanhar o reconhecimento das escolas indígenas e para assegurar a vaga neste conselho de representantes indígenas.
- Criar uma Organização de Professores Indígenas do RN.

**ATA DE REUNIÃO REALIZADA PARA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA MICRO REGIÃO DA APOIME NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

No dia treze de dezembro do ano de dois mil e nove (13/12/2009), reuniram-se as lideranças e delegados indígenas, dentro da I ASSEMBLEIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, para realizarem a eleição da Coordenação e Suplência da Representação da APOINME no estado do Rio Grande do Norte. Após a definição dos candidatos e da forma de realização do pleito, foi definido como Coordenador, com 15 (quinze) votos, a indígena TAYSE MICHELLE CAMPOS DA SILVA, da etnia Potiguara, do Mendonça do Amarelão, município de João Câmara/RN, e, como Suplente o indígena OSMAR JERÔNIMO (Mazinho), Potiguara, de Sagi, município de Baía Formosa/RN, contando com 02 (duas) abstenções. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

MICRO REGIONAL DA APOINME DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO NORTE

Ofício nº 001/MIRAERN/2008

Natal/RN, 13 de dezembro de 2009-12-13

A sua Senhoria, o Senhor,  
MANOEL EUFRÁSIO RODRIGUES  
Presidente do CONDISI Potiguara/PB – Conselho Distrital de Saúde Indígena  
Baía da Traição/PB

Senhor Presidente,

Os Povos Indígenas do estado do Rio Grande do Norte, reunidos na I Assembléia Indígena do Rio Grande do Norte, deliberaram pelo encaminhamento de solicitação ao Departamento de Saúde Indígena da FUNASA/BSB, DE criação do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/RN, para atenção à Saúde dos povos indígenas do citado estado.

Sugerimos que durante o período de tramitação da implantação requerida, estas comunidades indígenas passem a ser assistidas através das suas inclusões no território do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/PB.

Portanto, solicitamos a V.S.<sup>a</sup> que esta reivindicação seja incluída em pauta de Reunião desse Conselho, se possível de forma extraordinária, para análise e deliberação, ressaltando que os representantes dos Potiguara do estado da Paraíba participantes da Assembléia foram favoráveis ao pleito.

Atenciosamente,

Representante da Micro Regional da APOINME/RN

MICRO REGIONAL DA APOINME DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO NORTE

Ofício nº 002/MIRAERN/2008

Natal/RN, 13 de dezembro de 2009-12-13

A sua Senhoria, o Senhor,  
Diretor do Departamento de Saúde Indígena da FUNASA  
Brasília/DF

Senhor Diretor,

Os Povos Indígenas do estado do Rio Grande do Norte, reunidos na I Assembléia Indígena do Rio Grande do Norte, deliberaram pelo encaminhamento de solicitação a esse Departamento de criação do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/RN, para atenção à Saúde dos povos indígenas do citado estado.

Solicitamos ainda, que durante o período de tramitação da implantação requerida, estas comunidades indígenas passem a ser assistidas através das suas inclusões no território do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/PB.

Atenciosamente,

Representante da Micro Regional da APOINME/RN

MICRO REGIONAL DA APOINME DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO NORTE

Ofício nº 003/MIRAERN/2008

Natal/RN, 13 de dezembro de 2009-12-13

A sua Senhoria, o Senhor,  
Presidente do Fórum Permanente de Presidente de Conselhos Distritais de Saúde  
Indígena  
Brasília/DF

Senhor Presidente,

Os Povos Indígenas do estado do Rio Grande do Norte, reunidos na I Assembléia Indígena do Rio Grande do Norte, deliberaram pelo encaminhamento de solicitação ao Departamento de Saúde Indígena - DESAI de criação do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/RN, para atenção à Saúde dos povos indígenas do citado estado.

Solicitamos a esse Fórum a realização de gestão junto aos segmentos necessários para que essa reivindicação obtenha os êxitos esperados. Informamos ainda, que durante o período de tramitação da implantação requerida, solicitamos que estas comunidades indígenas sejam assistidas através das suas inclusões no território do DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA/PB.

Atenciosamente,

Representante da Micro Regional da APOINME/RN

À Ilma. Sra. Maria Auxiliadora Sá  
Diretora de Assuntos Fundiários da Funai

Sra. Diretora,

Nós, representantes das comunidades indígenas do estado do Rio Grande do Norte, reunidos na I Assembléia Indígena do Rio Grande do Norte, realizada em Natal de 11 a 13 de dezembro de 2009, com apoio dessa Funai e de outros parceiros, sabedores de que esse órgão já tem conhecimentos sobre a situação e reivindicações de nossa comunidade e de nossas terras, através de documentos produzidos desde a I Audiência Pública sobre os Povos Indígenas do Rio Grande do Norte em 2005 e em outras ocasiões, e de que, entretanto, ainda não se tem processos abertos e nem quaisquer iniciativa por parte dessa Funai para a regularização fundiária de nossas Terras Indígenas, vimos requerer dessa Diretoria a imediata abertura desses processos para as Terras Indígenas Potiguara relacionadas a seguir:

Terra	Município(s)
Catu	Canguaretama e Goianinha
Amarelão	João Câmara
Amarelão Novo (Cidade Praia)	Natal
Sagi	Baía Formosa
Caboclos	Açu

Requeremos ainda que essa Diretoria estabeleça e nos comunique um cronograma para esses trabalhos de regularização fundiária.

Ficamos á disposição para as informações e providências que se fizerem necessárias e qualquer contato com as nossas comunidades e os nossos representantes pode ser feito através da Administração Executiva Regional desse órgão em João Pessoa.

Desde já gratos pela atenção, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Natal, 13 de dezembro de 2009